

O PAPEL DO PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COLABORATIVO

THE ROLE OF THE COLLABORATIVE SPECIAL EDUCATION TEACHER



FERNANDA PEREIRA ALEIXO DE CAMPOS SILVA

Graduação em Pedagogia pela Faculdade Centro Universitário São Camilo (2008); Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Conectada – FCONNECT (2024); Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I – PAEE.

RESUMO

Este artigo discute o papel do professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no desenvolvimento de práticas colaborativas que sustentam a consolidação da educação inclusiva. A partir de uma revisão teórica fundamentada em autores como Mantoan, Glat, Beyer, Mittler, Tardif, Freire, Mizukami, Imbernón e Nóvoa, analisa-se a maneira como o AEE se articula ao cotidiano escolar, atuando como espaço de mediação pedagógica, de apoio ao currículo e de promoção da autonomia dos estudantes público-alvo da Educação Especial. A reflexão evidencia que a colaboração entre o professor do AEE, a equipe pedagógica e os professores regentes constitui elemento essencial para a construção de práticas educativas que valorizem a diversidade e favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes. Também são discutidos desafios estruturais, formativos e institucionais que permeiam essa atuação, ao mesmo tempo em que se destacam as possibilidades de avanço por meio do planejamento conjunto, da partilha de saberes e da construção coletiva de estratégias pedagógicas. Conclui-se que o professor de AEE colaborativo desempenha papel decisivo na consolidação de uma cultura escolar inclusiva, crítica e humanizadora.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Atendimento Educacional Especializado; Colaboração Docente; Prática Pedagógica; Cultura Escolar.

ABSTRACT

This article discusses the role of Specialized Educational Services (AEE) teachers in developing collaborative practices that support the consolidation of inclusive education. Based on a theoretical review grounded in authors such as Mantoan, Glat, Beyer, Mittler, Tardif, Freire, Mizukami, Imbernón, and Nóvoa, we analyze how AEE teachers interact with everyday school life, acting as a space for pedagogical mediation, curriculum support, and promotion of autonomy among students targeted by Special Education. The reflection shows that collaboration between the AEE teacher, the pedagogical team, and the classroom teachers is an essential element for the construction of educational practices that value diversity and favor the integral development of students. Structural, training, and institutional challenges that permeate this work are also discussed, while highlighting the possibilities for advancement through joint planning, knowledge sharing, and the collective development of pedagogical strategies. It is concluded that collaborative AEE teachers play a decisive role in consolidating an inclusive, critical, and humanizing school culture.

Keywords: Inclusive Education; Specialized Educational Services; Teacher Collaboration; Pedagogical Practice; School Culture.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consolidou-se como uma das mais importantes diretrizes das políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas, assumindo o compromisso ético de garantir que todos os estudantes tenham acesso ao currículo, à participação e à aprendizagem em condições de justiça e equidade. Esse princípio exige que a escola repense suas práticas, seus espaços e suas concepções de ensino, reconhecendo que a diversidade humana é constitutiva do processo educativo. Nesse cenário, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) emerge como política estruturante, articulada às práticas pedagógicas da sala comum e orientada para a eliminação de barreiras que impedem o pleno desenvolvimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial. O professor que atua nesse serviço, quando assume postura colaborativa, amplia significativamente o alcance da inclusão, pois estabelece relações dialógicas com os demais profissionais, compartilha saberes e contribui para a construção de estratégias pedagógicas fundamentadas na diversidade.

Este estudo tem como objetivo analisar o papel do professor de AEE colaborativo, destacando sua atuação conjunta com a equipe pedagógica e com os professores regentes. A discussão fundamenta-se em autores que abordam a educação inclusiva, o desenvolvimento profissional docente e a colaboração pedagógica, tais como Mantoan, Glat, Beyer, Mittler, Tardif, Freire, Imbernón, Mizukami e Nóvoa. A partir dessas referências, busca-se compreender como a prática colaborativa fortalece a

cultura escolar, amplia a participação dos estudantes e potencializa o trabalho pedagógico realizado no cotidiano da sala de aula comum.

A pertinência do tema torna-se ainda mais evidente ao observarmos que a inclusão escolar demanda uma estrutura que ultrapassa a dimensão técnica, exigindo mudanças profundas nas relações profissionais e na organização da escola. O AEE, entendido como espaço de mediação, reflexão e articulação, assume papel estratégico na promoção de práticas acessíveis e no acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes. Assim, entender seu papel colaborativo contribui para o aprimoramento das práticas educacionais e para o fortalecimento de políticas e ações que promovam a equidade no interior da escola.

A presente discussão estrutura-se da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se uma análise sobre o papel e o significado do AEE no contexto da educação inclusiva; em seguida, discute-se a colaboração entre o professor do AEE, a equipe pedagógica e os professores regentes, enfatizando as contribuições dessa articulação para a construção de práticas mais democráticas e inovadoras; e, por fim, são analisados os desafios e as possibilidades do AEE colaborativo na consolidação de uma cultura escolar inclusiva. As considerações finais retomam os principais argumentos apresentados e destacam as implicações do estudo para a prática docente e para as políticas educacionais.

Além disso, torna-se fundamental reconhecer que o debate sobre a inclusão escolar no Brasil está intrinsecamente relacionado às transformações sociais, culturais e políticas que marcaram as últimas décadas. A ampliação do acesso à escola, a consolidação de legislações de proteção e a criação de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência evidenciam que a inclusão é um processo histórico em construção, permeado por tensões, avanços e desafios. Nesse cenário, o AEE se apresenta como um espaço estratégico de articulação entre políticas educacionais e práticas pedagógicas, contribuindo para que a escola se reconheça como ambiente plural, democrático e aberto ao diálogo. Refletir sobre o papel colaborativo do professor do AEE implica, portanto, compreender que a inclusão exige mudanças estruturais e culturais, envolvendo formação docente, reorganização curricular, acessibilidade e participação coletiva. Assim, este estudo busca oferecer uma análise que não se limita à descrição de funções, mas que enfatiza a importância do AEE como prática transformadora, capaz de promover uma educação que valoriza a diversidade, fortalece vínculos e reafirma o direito de todos à aprendizagem.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SUA FUNÇÃO INCLUSIVA

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui um dos principais instrumentos para assegurar o direito à educação inclusiva no Brasil. Como política pública, o AEE visa não apenas oferecer apoio ao estudante, mas articular recursos, estratégias e condições pedagogicamente significativas para que ele participe e aprenda em conjunto com seus colegas na escola comum. O Decreto nº 7.611/2011 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) afirmam que o AEE tem como finalidade identificar e eliminar barreiras, promovendo acessibilidade curricular,

comunicacional, pedagógica e social. Essa definição amplia a compreensão do papel do AEE, deslocando-o da ideia de atendimento paralelo ou substitutivo e reafirmando sua função como parte integrante do processo educativo.

A literatura especializada reforça a natureza ampla e pedagógica do AEE. Para Glat (2013), o professor desse serviço atua como articulador de saberes, examinando necessidades, propondo adaptações razoáveis e colaborando com os professores regentes para adequar práticas de ensino. O autor destaca que o protagonismo desse profissional está diretamente relacionado à sua capacidade de compreender a singularidade do estudante e transformar essa compreensão em ações pedagógicas concretas. Assim, o AEE se configura como espaço de mediação entre o currículo e o estudante, ampliando possibilidades de participação e aprendizagem.

Ao analisar a inclusão sob uma perspectiva institucional, Mantoan (2015) argumenta que a transformação da escola envolve a reorganização de tempos, espaços, relações e concepções. O AEE, nesse contexto, assume papel catalisador, pois provoca reflexões sobre o currículo, incentiva práticas inovadoras e fomenta a corresponsabilidade entre os profissionais. A autora ressalta que a inclusão demanda um olhar coletivo, e o AEE torna-se espaço privilegiado para que esse olhar seja construído e compartilhado entre os profissionais.

Beyer (2011) destaca que uma escola verdadeiramente inclusiva é aquela que reconhece a diversidade como elemento central do processo educativo, e não como exceção. Para ele, o AEE possui papel fundamental ao propor estratégias que visem à participação ampla dos estudantes, evitando práticas que reforcem a segregação ou o encaminhamento inadequado para serviços paralelos. Essa perspectiva reforça a importância de compreender o AEE como prática educativa reflexiva, crítica e comprometida com os direitos humanos.

Mittler (2003) amplia esse debate ao afirmar que a inclusão é um processo que envolve comunidade, famílias e profissionais da educação, sendo o AEE um serviço-chave para consolidar a participação dos estudantes em todos os níveis da vida escolar. O professor do AEE, ao colaborar com docentes, famílias e equipe pedagógica, cria uma rede de apoio que possibilita intervenções sensíveis e contextualizadas.

Nóvoa (2009) complementa essa visão ao defender que o desenvolvimento profissional docente é um processo coletivo, estruturado na partilha de experiências e no diálogo contínuo. Assim, o AEE não é apenas um atendimento, mas espaço de formação entre pares, onde os professores se constroem mutuamente e fortalecem suas identidades profissionais.

Dessa forma, o AEE desempenha função inclusiva quando deixa de ser um espaço restrito para se tornar eixo articulador da cultura escolar, apoiando o currículo, mobilizando estratégias de acessibilidade e promovendo o protagonismo dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Nessa perspectiva, compreender o AEE como uma política de apoio integrada ao currículo exige também reconhecer seu potencial como espaço de formação docente e de reflexão crítica sobre as práticas escolares. Conforme enfatiza Imbernón (2010), a escola que pretende avançar em direção à inclusão precisa promover processos formativos contínuos, nos quais os professores analisem o

cotidiano, revisitem concepções e produzam novos sentidos para o ensino. Ao atuar de forma colaborativa, o professor do AEE contribui para que esse movimento aconteça, trazendo ao debate aspectos relacionados à acessibilidade pedagógica, às especificidades dos estudantes e à necessidade de reorganização das práticas. Essa atuação dialoga com a concepção de comunidade de aprendizagem proposta por Nóvoa (2009), ao defender que o desenvolvimento profissional ocorre na interação e na partilha de saberes. Assim, o AEE deixa de ser apenas um recurso institucional e passa a exercer função transformadora, estimulando a escola a repensar tempos, espaços e metodologias, fortalecendo a participação dos estudantes e ampliando a compreensão da diversidade como valor educativo e direito humano.

A COLABORAÇÃO ENTRE O PROFESSOR DO AEE, A EQUIPE PEDAGÓGICA E OS PROFESSORES REGENTES (VERSÃO AMPLIADA)

A colaboração entre o professor do AEE, os professores regentes e a equipe pedagógica é um dos componentes mais significativos para o fortalecimento de práticas inclusivas. Essa colaboração rompe com concepções tradicionais de docência, que associam o trabalho do professor à individualidade e à fragmentação das ações pedagógicas. Glat e Pletsch (2011) enfatizam que o AEE colaborativo exige diálogo permanente, análise conjunta das necessidades dos estudantes e planejamento sistemático entre os profissionais, de modo que as estratégias construídas sejam integradas ao cotidiano da sala de aula comum.

Mittler (2003) afirma que o trabalho colaborativo amplia a capacidade da escola de responder à diversidade, pois reúne múltiplas perspectivas pedagógicas e favorece a construção de estratégias criativas e contextualizadas. Ao compartilhar conhecimentos, experiências e reflexões, os professores se tornam capazes de identificar barreiras, analisar dificuldades e reorganizar práticas. Essa parceria fortalece a autonomia docente e contribui para a consolidação de uma cultura escolar sensível à diversidade.

O papel da equipe pedagógica também é fundamental nesse processo. A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 orienta que o AEE deve ser articulado ao currículo e às práticas da sala comum, de modo que o professor do AEE não trabalhe isoladamente, mas em estreita parceria com os demais docentes. Essa diretriz implica reorganização da gestão escolar, que precisa garantir tempos de planejamento, formação continuada e espaços de discussão coletiva.

Nóvoa (2009) destaca que o trabalho colaborativo intensifica o desenvolvimento profissional, pois proporciona momentos de reflexão conjunta, avaliação crítica e reorientação das práticas. A escola, nesse contexto, torna-se um ambiente formativo permanente, onde professores aprendem com seus pares e transformam suas concepções sobre ensino e aprendizagem.

Tardif (2014) acrescenta que os saberes docentes são construídos na prática e que o diálogo entre profissionais permite que esses saberes sejam compartilhados, confrontados e reconstruídos de forma colaborativa. Assim, o AEE colaborativo não se reduz a um conjunto de técnicas, mas constitui uma postura pedagógica baseada na escuta, na corresponsabilidade e no compromisso ético.

Freire (1996) reforça a dimensão humana desse processo ao afirmar que o ato educativo se realiza em comunhão. O trabalho colaborativo, nessa perspectiva, representa movimento ético-político, pois afirma o direito de todos à aprendizagem e fortalece valores como solidariedade, empatia e respeito à diversidade.

Imbernón (2010) e Mizukami (2000) ressaltam que o desenvolvimento profissional ocorre em contextos colaborativos, nos quais práticas inovadoras emergem da troca de experiências. Quando o AEE promove essa interação, contribui para que os professores regentes reflitam sobre suas metodologias, reorganizem estratégias e desenvolvam ações mais inclusivas e acessíveis.

Assim, a colaboração entre professor do AEE, equipe pedagógica e professores regentes constitui base indispensável para a construção de práticas educativas inclusivas, pois fortalece a corresponsabilidade, amplia o repertório pedagógico e transforma a cultura escolar.

Além disso, a consolidação do trabalho colaborativo requer que a escola desenvolva uma cultura de corresponsabilidade, na qual todos os profissionais se reconheçam como participantes ativos do processo inclusivo. Como lembra Freire (1996), a prática educativa se constrói no encontro e no compromisso ético com o outro, e é nesse movimento que o AEE fortalece vínculos e amplia possibilidades de aprendizagem. Assim, a colaboração entre docentes torna-se elemento estruturante para uma escola mais democrática, acolhedora e comprometida com a diversidade.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO AEE COLABORATIVO NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA ESCOLAR INCLUSIVA

A implementação do AEE colaborativo enfrenta desafios complexos que atravessam dimensões estruturais, conceituais e formativas do trabalho docente. Um dos principais desafios refere-se à manutenção de concepções tradicionais de ensino, que ainda associam a educação especial a práticas segregadoras ou complementares, dissociadas do currículo da sala comum. Mantoan (2015) observa que a inclusão só se efetiva quando a escola abandona a lógica da separação e assume a diversidade como eixo estruturante do projeto pedagógico. Entretanto, muitas instituições ainda compreendem o AEE como espaço compensatório, reduzindo seu potencial colaborativo.

Outro desafio importante refere-se às condições institucionais para o planejamento conjunto. Beyer (2011) afirma que a colaboração exige tempo de encontro, de diálogo e de reflexão. No entanto, a organização escolar muitas vezes não prevê esses momentos, o que limita o trabalho integrado e

enfraquece o potencial do AEE. Para superar esse entrave, torna-se necessário que a gestão escolar adote políticas de valorização da colaboração, reorganizando horários, criando espaços formativos e promovendo práticas participativas.

A formação docente representa um ponto crítico nesse processo. Tardif (2014) destaca que a formação inicial nem sempre prepara adequadamente os professores para lidar com as demandas da diversidade, o que torna a formação continuada um componente indispensável. O AEE colaborativo, nesse contexto, pode funcionar como locus de formação entre pares, contribuindo para a reflexão sobre práticas e para o desenvolvimento de novas estratégias.

Nóvoa (2009) argumenta que a escola que aprende é aquela que se organiza como comunidade de prática. Essa concepção reforça a ideia de que o AEE colaborativo pode impulsionar a construção de uma cultura escolar inovadora, baseada na partilha, na corresponsabilidade e no compromisso coletivo.

Mittler (2003) reforça que a inclusão depende da superação de barreiras atitudinais, que muitas vezes são mais difíceis de transformar do que os aspectos estruturais. O professor do AEE, ao atuar como mediador e formador, contribui para transformar concepções e para fortalecer uma ética de valorização da diversidade.

A gestão escolar também desempenha papel decisivo nesse processo. Glat e Pletsch (2011) afirmam que a gestão precisa reconhecer o AEE como eixo estratégico do projeto pedagógico e garantir condições materiais, formativas e organizacionais para sua efetivação. A ausência de apoio da gestão tende a fragilizar o trabalho colaborativo e a limitar as possibilidades de construção de práticas inclusivas.

Apesar dos desafios, as possibilidades de avanço são expressivas. Freire (1996) lembra que a educação é ato político e esperançoso, e que as práticas colaborativas podem transformar a realidade escolar. O AEE colaborativo pode impulsionar a criação de metodologias inovadoras, promover a construção de práticas acessíveis e fortalecer relações de solidariedade no ambiente escolar.

Além desses desafios, é importante destacar que a consolidação do AEE colaborativo exige que a escola desenvolva uma cultura institucional de pesquisa e reflexão contínua sobre a prática pedagógica. Nesse sentido, Imbernón (2010) argumenta que a inovação educativa não nasce de ações pontuais, mas de processos permanentes de análise crítica e produção coletiva de conhecimento. Quando o professor do AEE, a equipe pedagógica e os docentes da sala comum se envolvem na investigação sobre as necessidades dos estudantes, sobre as barreiras presentes no contexto escolar e sobre as possibilidades de reorganização do ensino, a colaboração deixa de ser apenas uma orientação política e passa a constituir uma postura ética e profissional. Esse movimento aproxima o cotidiano da escola da concepção de comunidade de aprendizagem defendida por Nóvoa (2009), que compreende a formação docente como processo construído na interação, na partilha e no diálogo. Dessa forma, o AEE colaborativo torna-se espaço privilegiado para que os profissionais produzam novos sentidos para a

inclusão, desenvolvam práticas fundamentadas na reflexão e reavaliem continuamente suas ações, fortalecendo uma cultura escolar capaz de acolher e valorizar todas as formas de aprender.

Mizukami (2000) contribui ao afirmar que as práticas pedagógicas se tornam mais eficazes quando construídas coletivamente. O diálogo entre o AEE e a sala comum favorece a inovação, amplia a compreensão sobre o processo educativo e promove o desenvolvimento de estratégias que atendam às múltiplas formas de aprender.

Dessa forma, os desafios encontrados não anulam as potencialidades do AEE colaborativo. Pelo contrário, tornam-se oportunidades para refletir sobre a função social da escola e para consolidar práticas pedagógicas inclusivas, capazes de transformar o cotidiano escolar e contribuir para uma educação democrática e humanizadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo permitiu compreender que o professor de AEE colaborativo desempenha papel central na consolidação da educação inclusiva, ao atuar como mediador, articulador e formador no interior da escola. Sua atuação integrada à equipe pedagógica e aos professores regentes fortalece a construção de práticas pedagógicas mais flexíveis, humanizadas e comprometidas com a diversidade. A colaboração docente, nesse sentido, emerge como caminho privilegiado para transformar concepções, reorganizar práticas e promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

Os desafios identificados — tais como a falta de tempo institucional para o planejamento, as lacunas na formação docente e a persistência de concepções tradicionais — evidenciam que a inclusão requer mudanças profundas na cultura escolar e no modo como a escola organiza suas relações e práticas. No entanto, as possibilidades de avanço são significativas quando a escola se organiza como comunidade de aprendizagem, em que profissionais compartilham saberes, refletem sobre suas práticas e constroem estratégias de forma colaborativa.

Com base nas discussões apresentadas, reafirma-se que o AEE colaborativo não é apenas um serviço de apoio, mas um espaço de transformação pedagógica e institucional. Sua atuação fortalece o protagonismo dos estudantes público-alvo da Educação Especial, amplia o repertório didático dos professores e contribui para consolidar uma cultura escolar inclusiva, crítica, democrática e humanizadora.

Por fim, destaca-se que a construção da escola inclusiva é processo contínuo e coletivo, que envolve estudo, diálogo, sensibilidade e compromisso político. O professor de AEE colaborativo, ao atuar com ética e corresponsabilidade, constitui-se como agente essencial para que a escola se torne espaço de convivência, pertencimento e emancipação, reafirmando o direito de todos à aprendizagem e à participação plena no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

- BEYER, H. O. **Educação inclusiva: a escola como espaço de desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 10 nov. 2025.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 2009.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **O papel do professor de AEE na escola inclusiva**. In: GLAT, R.; PLETSCH, M. D. (orgs.). *Educação inclusiva: cultura, políticas e práticas*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011. p. 65-84.
- IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.
- MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 2000.
- NÓVOA, A. **Professores e sua formação**. Lisboa: Porto Editora, 2009.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.